

# I Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega

**Dia:** 02 de junho de 2016

**Hora:** 10h00-13h30

**Local:** Chaves

**Participantes:** Pimenta Machado (APA/ARH do Norte), Maria do Carmo Figueira (APA), Lara Carvalho (APA/ARH do Norte), Sandra Sarmento (APA/ARH do Norte), João Teles (APA), Dora Barros (APA/ARH do Norte), Manuela Alves (APA/ARH do Norte), Rui Fonseca (CCDR-N), Andreia Cabral (CCDR-N), António Alberto Machado (CM Vila Pouca de Aguiar), Rui Vaz Alves (CM Ribeira de Pena), António Medeiros (CM Valpaços), Guilherme Pires (CM Boticas), Carlos Penas (CM Chaves), Alfredo Magalhães (CM Cabeceiras de Basto), Cristina Miguéns (DGEG), José Carlos Couto (DGEG), David Ferreira (DRCN), Sara Hoya (Iberdrola), Alfonso Senovilla (Iberdrola), Tiago Amaral (Abreu Advogados), Armando Loureiro (ICNF), Carlos Pedro Santos (ICNF), Mário Rui Duro (ICNF), Rita Solá (LNEG).

**Ordem de trabalho:** Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega

1. Apresentação da CAA
2. Ponto de situação da obra e da implementação das medidas de minimização e compensação e dos programas de monitorização
3. Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Ação Socioeconómico
4. Outros assuntos
5. Calendarização dos próximos trabalhos da CAA

<p>Pimenta Machado (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Deu as boas-vindas a todos os presentes e fez um breve enquadramento da criação da comissão de acompanhamento, lembrando a complexidade do processo, uma vez que, na realidade, estarão em análise três aproveitamentos hidroelétricos.</p>
<p>Seguiu-se a apresentação do ponto 1. da Ordem de trabalho: Apresentação da CAA.</p>	
<p>Rui Vaz Alves (C M Ribeira de Pena)</p>	<p>Começou por perguntar como é que será feita a articulação entre o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Ação Socioeconómico e a Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, uma vez que só o concelho de Vila Pouca de Aguiar está representado na CAA-SET.</p>
<p>Pimenta Machado (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Explicou que a comissão de acompanhamento tem como função dedicar-se às questões ambientais relativas ao aproveitamento hidroelétrico do Tâmega e que o grupo de trabalho foi criado para acompanhar os assuntos que se prendem com a vertente socioeconómica.</p> <p>Salientou que os municípios têm de se entender primeiro no que diz respeito ao seu representante e que para a comissão é indiferente o membro/autarca que representa os municípios.</p>
<p>Carmo Figueira (APA)</p>	<p>Recordou que a proposta de constituição da comissão de acompanhamento foi criada na presença de todos os autarcas e, por isso, o membro que representa os municípios não deveria ser novidade para o autarca de Ribeira de Pena.</p>

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the letters 'SEC' and various illegible signatures.

	Explicou que o facto de existir um representante dos municípios não impede que, de acordo com a agenda, outros autarcas participem nas reuniões.
Rui Vaz Alves (C M Ribeira de Pena)	Entregou um memorando propondo a participação de todos os presidentes de câmara diretamente afetados pelas obras de construção do Sistema Eletroprodutor do Tâmega na comissão de acompanhamento ambiental.
Armando Loureiro (ICNF)	Iniciou a sua intervenção, afirmando que os representantes do ICNF na comissão de acompanhamento têm uma larga experiência nestes processos e recordou que, tendo em conta o saber acumulado das anteriores comissões de acompanhamento ambiental, nunca nenhum município foi prejudicado.
Seguiu-se a apresentação do ponto 2. da Ordem de trabalho: Ponto de situação da obra e da implementação das medidas de minimização e compensação e dos programas de monitorização.	
Rui Fonseca (CCDR-N)	Afirmou que a comissão de acompanhamento ambiental está a iniciar funções com algum atraso relativamente às obras que já decorrem no terreno e que a prioridade deve ser avaliar se o que está disposto na DIA está a ser cumprido.  Recordou que a CCDR-N não teve acesso ao reporte das ações e aos relatórios de monitorização, tendo, por isso, questionado se a Iberdrola vai reportar à comissão de acompanhamento as várias ações que já estão a ser executadas, uma vez que seria de todo relevante ter acesso à informação relativa à implementação das medidas.

	<p>Salientou ainda que era de todo importante efetuar uma visita ao terreno o quanto antes, de modo a avaliar o grau de implementação das medidas e da respetiva empreitada.</p> <p>Salientou que o Plano de Gestão Ambiental agrega os três procedimentos de AIA (barragem pedreira e linhas de alta tensão), mas que a comissão de acompanhamento ambiental tem apenas competências na componente do aproveitamento hidroelétrico.</p>
<p>Rui Vaz Alves (C M Ribeira de Pena)</p>	<p>Frisou que o início do funcionamento da comissão de acompanhamento está atrasado relativamente ao início da obra e afirmou que gostaria que o esclarecessem no que diz respeito às competências de cada um. Por exemplo, a quem compete o licenciamento das linhas de média e alta tensão, construção da barragem e da central hidráulica de Daivões.</p>
<p>Tiago Amaral (Abreu Advogados)</p>	<p>Afirmou que a questão do licenciamento se processa em vários níveis e que a Iberdrola se encontra a solicitar pareceres às várias câmaras municipais.</p> <p>No entanto, explicou que se trata de assunto exterior à comissão de acompanhamento ambiental.</p>
<p>David Ferreira (DRCN)</p>	<p>Começou por dizer que a Direção Regional de Cultura do Norte subscreveu o plano, tendo afirmado que experiência está a correr bem. Solicitaram à Iberdrola que baixasse o rigor do registo de valores patrimoniais, porque no seu entender é mais conveniente efetuar um estudo histórico que documente a ocupação daquele território. Nesse</p>

CS  
 Alu  
 B  
 H  
 ecc  
 soc  
 [Signature]  
 [Signature]

sentido, já solicitaram à Iberdrola a apresentação de uma proposta para o referido estudo, que tem ainda de ser aprovado, sob pena de se ter de regressar ao registo de valores patrimoniais.

Reafirmou a necessidade de se efetuar uma visita à frente de obra da barragem o mais rapidamente possível e que o ideal seria que essa visita se realizasse na véspera da próxima reunião da comissão de acompanhamento.

Nesse sentido, solicitou à Iberdrola que enviasse uma proposta de programa para a visita, de modo a escolher os locais onde a empreitada está mais avançada.

Relativamente ao reporte da informação, sugeriu que se use o modelo de relatório utilizado nas anteriores comissões de acompanhamento, com as devidas adaptações, e que seja disponibilizado na *workspace*.

Explicou que a APA irá elaborar essa mesma proposta de relatório e que a fará chegar a todos os membros e que a Iberdrola deverá entregar o relatório à comissão de acompanhamento três semanas antes das reuniões, de modo a que todos os membros possam ter tempo suficiente para estudar a informação.

Afirmou que o relatório deve abordar apenas o aproveitamento hidroelétrico e não incorporar os outros dois processos paralelos (linhas de alta tensão e pedreira).

Pimenta Machado

(APA/ARH do Norte)

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials like 'S', 'B', 'H', 'H', 'JCC', and a signature.

<p>Cristina Miguéns (DGEG)</p>	<p>Cômeçou por afirmar que o licenciamento das linhas não faz parte deste processo, muito menos o da alta tensão, uma vez que se trata de um processo de licenciamento autónomo, que extravasa o âmbito da comissão de acompanhamento ambiental.</p>
<p>Rui Vaz Alves (C M Ribeira de Pena)</p>	<p>Afirmou que neste momento estão a abrir valas e a fazer acessos para a construção de uma linha da rede elétrica que tem diretamente a ver com o aproveitamento do Tâmega, tendo, por isso, solicitado mais informações na comissão. Afirmou não entender o porquê da comissão não debater este assunto.</p>
<p>Rita Solá (LNEG)</p>	<p>Afirmou ter gostado da apresentação feita pela Iberdrola, mas recordou que não viu informação sobre geologia, uma vez que a área das futuras albufeiras do SET e respetiva área de influência estão em zona potencialmente litinífera, (exceto a albufeira de Gouvães).</p> <p>Nesse sentido, alertou para a necessidade de se efetuar estudos geológicos de modo a dar cumprimento à DIA. Estes estudos estavam inicialmente previstos no RECAPE tendo sido adiados para a fase prévia ao enchimento.</p>
<p>Armando Loureiro (ICNF)</p>	<p>Recordou que articulação dos três procedimentos de AIA tem gerado alguma confusão e que foi decisão da tutela separar a questão da muito alta tensão. Por isso, afirmou que a comissão deve pronunciar-se apenas sobre o aproveitamento hidroelétrico. No entanto, disse que seria útil aos membros da</p>

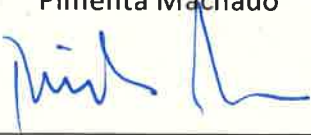





	<p>comissão terem acesso a informação, ainda que de forma sintética, às outras duas áreas.</p> <p>Relativamente à forma de reporte, disse que o ICNF acolhe a proposta da APA e que o relatório a enviar pela Iberdrola deve ser trimestral, sendo que deverá ser elaborado um, mais completo, cuja periodicidade será anual.</p> <p>Sugeriu, igualmente, que no início de todas as reuniões da comissão de acompanhamento a Iberdrola faça um breve ponto de situação da empreitada, sendo que o foco do ICNF será o cumprimento dos programas de medidas.</p>	
<p>Rui Vaz Alves (C M Ribeira de Pena)</p>	<p>Afirmou que se deve ter em conta que uma coisa é a lei e o cumprimento das competências cometidas à comissão, mas que existe a vida real das pessoas que diariamente são afetadas pela construção da barragem e que se deslocam à câmara municipal a pedir informação.</p> <p>Recordou que em Ribeira de Pena existem dois casos que envolvem realojamentos que estão ainda por resolver e que está muito preocupado.</p>	
<p>Tiago Amaral (Abreu Advogados)</p>	<p>Afirmou que a questão dos realojamentos está a ser tratada, mas que se trata de um assunto paralelo à comissão.</p> <p>Salientou que a Iberdrola está a trabalhar de forma articulada com todas as câmaras, mas que existem casos de maior complexidade, mas que decorrem do normal funcionamento das instituições.</p>	

<p>Carmo Figueira (APA)</p>	<p>Recordou que a Iberdrola tem um plano socioeconómico que prevê a realização de um trabalho de sensibilização e informação junto da população, conforme se viu referenciado na apresentação.</p>
<p>António Alberto Machado (CM Vila Pouça de Aguiar)</p>	<p>Começou por lamentar que a obra tenha começado em 2014 e que a primeira reunião da comissão de acompanhamento só se realize em 2016.</p> <p>Esclareceu que existem matérias que devem ser tratadas noutros locais. Devem ser diagnosticadas junto de outras entidades e depois reportadas à comissão.</p> <p>Afirmou que a questão relacionada com as contrapartidas aos municípios deve merecer a maior atenção da comissão e que as diversas ações previstas devem ter um cronograma associado, de forma a torna-las mais práticas.</p>
<p>Seguiu-se a apresentação do ponto 3. da Ordem de trabalho: Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Ação Socioeconómico.</p>	
<p>Seguiu-se a apresentação do ponto de situação da implementação do Plano de Ação Socioeconómico.</p>	
<p>António Alberto Machado (CM Vila Pouça de Aguiar)</p>	<p>Recordou que existem dois processos distintos: o de contrapartidas e o de compensações.</p> <p>Afirmou que em 2015 todos os municípios envolvidos apresentaram uma proposta, exceto Montalegre e que o <i>feedback</i> que tem recebido de todos os autarcas é bom, uma vez que a Iberdrola sempre cumpriu o acordado.</p>

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including initials and symbols such as 'B', 'M', 'A', 'E', 'J', 'K', 'L', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z', and various symbols like a circle with a dot and a square with a dot.



	<p>Afirmou que este ano os autarcas já se encontram a enviar as respetivas propostas para serem validadas, viabilizando os acordos entre os meses de maio e junho.</p> <p>Relativamente ao ano de 2017, afirmou que a sua expectativa é que em outubro deste ano já possam enviar as propostas para o próximo ano.</p> <p>Salientou, ainda, que as contrapartidas têm período equivalente à construção da barragem, ou seja, terminam em 2017, pelo que não comprometem os próximos executivos.</p>
<p><b>Pimenta Machado</b> (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Afirmou que regista com muito agrado o entendimento e articulação dos diversos municípios com a Iberdrola.</p>
<p><b>Rui Vaz Alves</b> (C M Ribeira de Pena)</p>	<p>Solicitou alguns esclarecimentos sobre a distribuição dos montantes do Plano de Ação definidos no acordo de 10 de janeiro.</p>
<p><b>Pimenta Machado</b> (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Agendou a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Ação Socioeconómico para o próximo dia 5 de julho, pelas 10h30, em Chaves.</p> <p>No que diz respeito à comissão de acompanhamento ambiental, a reunião ficou marcada para o próximo dia 21 de setembro, em Cabèceiras de Basto, sendo que no dia 20 se efetuará a visita às obras da construção da barragem.</p> <p>Terminou a reunião, agradecendo a presença de todos.</p>

Pimenta Machado 	Maria do Carmo Figueira
(APA/ARH do Norte)	(APA)
Lara Carvalho 	Sandra Sarmento 
(APA/ARH do Norte)	(APA/ARH do Norte)
João Teles	Dora Barros 
(APA)	(APA/ARH do Norte)
Manuela Alves 	Rui Fonseca 
(APA/ARH do Norte)	(CCDR-N)
Andreia Cabral 	António Alberto Machado 
(CCDR-N)	(CM Vila Pouca de Aguiar)
Rui Vaz Alves 	António Medeiros
(CM Ribeira de Pena)	(CM Valpaços)
Guilherme Pires	Carlos Penas
(CM Boticas)	(CM Chaves)
Alfredo Magalhães 	Cristina Miguéns
(CM Cabeceiras de Basto)	(DGEG)

<p>José Carlos Couto</p> <p><i>José Couto</i></p> <p>(DGEg)</p>	<p>David Ferreira</p> <p><i>David Ferreira</i></p> <p>(DRCN)</p>
<p>Sara Hoya</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>(Iberdrola)</p>	<p>Alfonso Senovilla</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>(Iberdrola)</p>
<p>Tiago Amaral</p> <p><i>Tiago Amaral</i></p> <p>(Abreu Advogados/Iberdrola)</p>	<p>Armando Loureiro</p> <p>(ICNF)</p>
<p>Carlos Pedro Santos</p> <p><i>Carlos Santos</i></p> <p>(ICNF)</p>	<p>Mário Rui Duro</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>(ICNF)</p>
<p>Rita Solá</p> <p>(LNEG)</p>	